

Revisão de incentivos teria efeito limitado sobre teto de gastos

Por Fabio Graner | De Brasília

Embora o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, tenha recentemente defendido a tese de que coibir incentivos fiscais pode ajudar o governo a cumprir o teto de gastos, apenas uma parte relativamente pequena deles de fato ajudaria o governo nesse front. A eliminação da desoneração da folha de pagamentos e da conta de subsídios e subvenções econômicas juntas liberariam cerca de R\$ 33 bilhões das despesas, considerando o volume gasto no ano passado.

O montante representa cerca de 60% do valor gasto por exemplo com abono e seguro-desemprego no ano passado. Se comparado com o conjunto dos demais incentivos fiscais concedidos pelo governo federal, esses dois itens representam em torno de 10% do total de benesses concedidas pelo setor público.

Nas contas do Orçamento deste ano, o gasto tributário previsto é de R\$ 283,4 bilhões. Para 2019, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) calcula em 303,4 bilhões. Nessa conta, além de grandes incentivos, como Simples e Zona Franca de Manaus, está a

desoneração da folha de pagamentos, que é um benefício de natureza tributária, mas também afeta o lado da despesa, dado que o Tesouro tem que compensar a Previdência pela renúncia fiscal.

Desde que assumiu o cargo, em 11 de abril, Guardia falou na necessidade de revisão de incentivos fiscais e, em viagem aos Estados Unidos no último fim de semana, reforçou o discurso e ainda associou o tema como um reforço para cumprir o teto de gastos.

De fato, uma revisão geral dos incentivos melhoraria o resultado global das contas públicas de forma mais geral, reduzindo ou até eliminando o déficit primário, a depender da magnitude. Mas não iria equacionar a restrição de despesa imposta pelo teto, embora seja inegável que abriria um espaço adicional no Orçamento. O problema é que gastos obrigatórios como Previdência continuarão crescendo e tomando espaço desse tipo de despesa.

Uma fonte do setor privado que conhece as contas públicas avalia que a fala de Guardia ao associar revisão de incentivos com o teto de gastos mira mesmo a desoneração da folha de pagamentos, que tem

proposta tramitando no Congresso e cuja revisão garantiria alguma sobrevida ao teto de gastos no primeiro ano do próximo governo. "Ele quer evitar entregar o teto micado para o sucessor", disse a fonte.

Vilma Pinto, especialista em contas públicas e economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), vê de maneira semelhante. Ela avalia que o teto de gastos foi mal formulado em termos de viabilidade de longo prazo. "Desde a proposta ficou claro que seria difícil cumprir a regra do teto por dez anos", disse.

Vilma considera que seria importante fazer uma revisão geral dos incentivos fiscais existentes, menos pelos volumes envolvidos e mais porque, para ela, não há avaliação sobre a qualidade e eficácia deles como políticas públicas. "Não se sabe se os incentivos estão tendo os efeitos a que se propuseram", disse, lembrando ainda que, em qualquer revisão, terão que ser feitas considerações de caráter político. "A questão é se haverá força política para rever alguns programas", afirmou.

Risco de perder mais R\$ 5 bi

Sem privatização, Eletrobras seguirá acumulando prejuízos e deixará de investir R\$ 50 bi em 5 anos

Ramona Ordonez e Manoel Ventura

-Rio e Brasília- A privatização da Eletrobras, que enfrenta resistências no Congresso, não é prioridade apenas para o governo — que vê na operação uma forma de reduzir o rombo nas contas públicas. O que está em jogo é o próprio papel da empresa, maior geradora de energia da América Latina, e sua capacidade de investir o suficiente para assegurar a expansão da oferta de energia no país, afirmam fontes a par das negociações. Nos cálculos de fontes envolvidas no processo, se a Eletrobras não for privatizada, continuará a acumular perdas que podem chegar a R\$ 5 bilhões somente neste ano — considerando apenas operações problemáticas, como as distribuidoras de energia deficitárias e o custo das obras paradas de Angra 3. Um quadro que reduz ainda mais a já limitada capacidade de investimento.

Entre 2010 e 2015, a empresa investiu R\$ 60 bilhões. No entanto, no ciclo 2018-2022, a previsão caiu para R\$ 19,5 bilhões. Com a capacidade de investimentos restrita aos níveis atuais, a empresa deixará de investir R\$ 50 bilhões por falta de recursos próprios ou dos

acionistas e por não conseguir crédito nos bancos. Isso porque a empresa teria que investir R\$ 14 bilhões por ano até 2026, somente para manter sua fatia do mercado (31% da capacidade de geração de energia do país e 49% da transmissão), e só consegue aportar R\$ 4 bilhões ao ano.

Em entrevista ao GLOBO, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., deixou claro que não trabalha com outra saída para a companhia senão passá-la ao controle privado. Segundo o executivo, a empresa não tem condições de participar de novos leilões para a expansão do sistema. Isso reduz a competição dos leilões de expansão do sistema, favorecendo empreendimentos com tarifas mais altas.

— Se a Eletrobras não for capitalizada, quem mais perde é o consumidor e contribuinte brasileiro. Perde duas vezes: pagando tarifa mais alta pela energia e bancando privilégios — diz Ferreira Jr., referindo-se indiretamente às resistências políticas e corporativas à privatização.

Só no ano passado, as provisões feitas pela estatal totalizaram R\$ 5,31 bilhões, mas Ferreira Jr. prefere não estimar quais serão os custos este ano. Só as obras da usina nuclear de Angra 3, paralisadas desde 2015 após virar alvo da Lava-Jato, geram

prejuízo anual de quase R\$ 1 bilhão. Já as seis distribuidoras no Norte e no Nordeste, que a estatal tenta vender antes da privatização, registraram no ano passado perdas de R\$ 4,2 bilhões. Em 2016, foram R\$ 6,6 bilhões. Se não conseguir vendê-las até 31 de julho, mesmo que pelo preço simbólico de R\$ 50 mil, a Eletrobras corre o risco de ainda ter de assumir a dívida bilionária delas: R\$ 21,5 bilhões.

— Se não fossem as provisões, teríamos tido R\$ 3,5 bilhões de lucro em 2017, em vez do prejuízo de R\$ 1,72 bilhão — disse o presidente da Eletrobras.

ESTRANGEIRAS GANHAM MERCADO

A Eletrobras já vem perdendo espaço no mercado de energia elétrica ao ficar fora de cada vez mais leilões do setor. Em cinco anos, a estatal viu sua participação na área de geração ser reduzida de 36% para 31% em cinco anos. Na outra ponta, a iniciativa privada avança. Empresas como a italiana Enel, a franco-belga Engie, a Neoenergia e a CPFL ganharam participação com uma série de parques eólicos e solares, além de hidrelétricas e termelétricas.

Pelos cálculos da Eletrobras, a União teria que injetar na empresa, no total, R\$ 84 bilhões em dez anos só para manter seu tamanho atual. O governo, no entanto, já avisou que





não tem esse dinheiro.

Especialistas, o governo e a própria empresa apontam como o principal agravante da crise financeira da estatal a Medida Provisória 579, de 2012, que renovou contratos de concessão para forçar redução nas tarifas de energia no governo Dilma Rousseff. As regras abalaram o caixa da estatal ao tabelar a remuneração pela energia gerada em algumas usinas. Ao mesmo tempo, a empresa estava comprometida com grandes investimentos, como as hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, o que aprofundou o seu endividamento. A dívida bruta da Eletrobras chega hoje a R\$ 45,5 bilhões. Com isso, estão atrasados empreendimentos, e a empresa colocou à venda participações em 70 projetos.

A privatização é vista como a única saída para permitir que a Eletrobras deixe de operar 14 de suas maiores usinas pelo regime de cotas (quando são remuneradas a preços fixos), para adotar uma remuneração a preços de mercado. Isso deve dar fôlego ao fluxo de caixa da estatal. Mas para isso, ela teria que pagar à União um bônus de outorga da ordem de R\$ 12 bilhões. O aumento de capital geraria os

recursos para esse passo, que a estatal não tem condições de dar hoje. Em vez de um leilão, o plano é emitir novas ações nas Bolsas de São Paulo, Nova York e Madri. A União, que tem 60% do capital, não acompanhará o aumento de capital e, assim, terá sua participação diluída para algo entre 40% e 50%. Com isso, perderá o controle.

PALAVRA FINAL É DO CONGRESSO

O presidente da Eletrobras acredita que será possível privatizar a companhia em novembro ou dezembro deste ano, principalmente após a publicação do decreto presidencial incluindo a Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização (PND) no último dia 19. No entanto, a palavra final é do Congresso. O governo enfrenta forte resistência, sobretudo nas bancadas do Nordeste e de Minas Gerais, onde se localizam as principais subsidiárias da Eletrobras, alvos de influência política.

Ronaldo Bicalho, do Instituto de Economia da UFRJ e do Instituto de Desenvolvimento Energético do Setor Elétrico (Ilumina), diz que o governo deveria repensar o setor elétrico antes de decidir pela

privatização da Eletrobras: — A discussão mais importante neste momento é pensar um novo modelo do setor elétrico, e, a partir daí, definir qual a participação do Estado, se vamos privatizar ou não a Eletrobras. O setor elétrico tem inúmeros problemas sérios a resolver e o que está em perigo é a segurança do abastecimento de energia.

João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, avalia que é fundamental para o setor que uma empresa do porte da Eletrobras mantenha condições de continuar investindo: — A saída é a gestão privada, com governança e mais facilidade para processos de redução de custos. Se não privatizar, a Eletrobras vai se deteriorar ainda mais financeiramente, e não terá condições de investir na expansão do sistema.

Para Rodrigo Leite, sócio do Leite Roston Advogados, a capitalização da Eletrobras é essencial para garantir novos investimentos e a atração de investidores para projetos do setor: — A privatização é crucial para ela não se deteriorar cada vez mais. A Eletrobras é o grande condutor de investimentos estruturantes.





AS DIFICULDADES DA ESTATAL

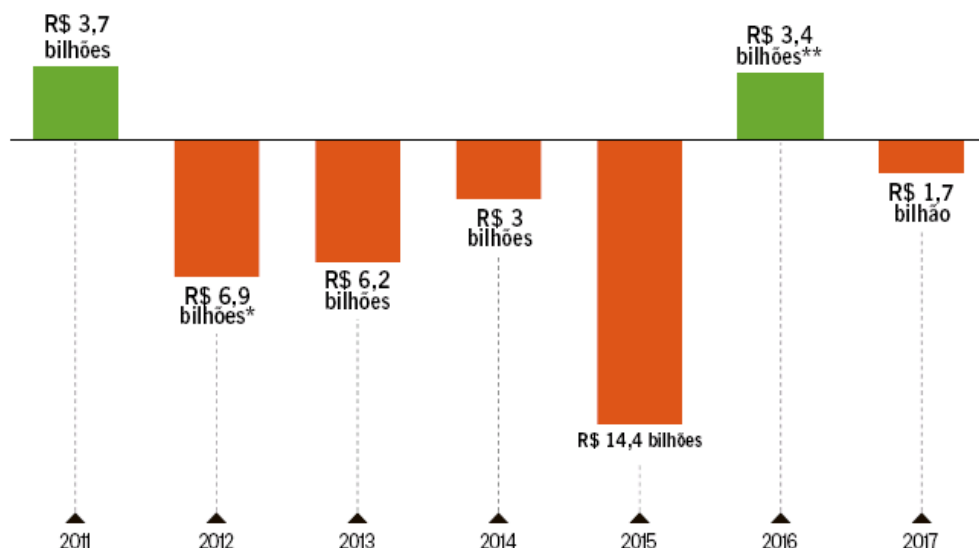
ENQUANTO ACUMULA PREJUÍZOS, A ELETROBRAS REDUZ INVESTIMENTOS

■ LUCRO ■ PREJUÍZO

RESULTADOS ANUAIS

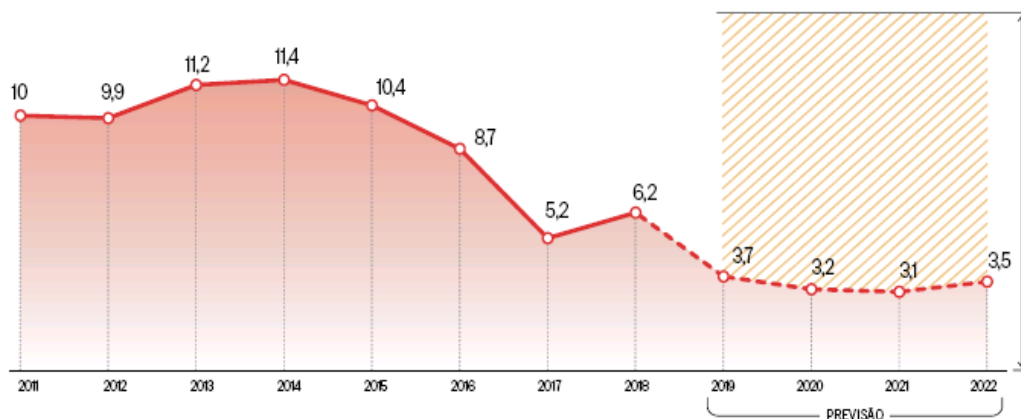
*A partir deste ano, a estatal passou a sofrer os efeitos da MP 579, que reduziu receitas

** Efeito do reconhecimento contábil da indenização por investimentos feitos e não reconhecidos em ativos de transmissão que tiveram concessão renovada pela MP 579



INVESTIMENTOS

EM R\$ BILHÕES

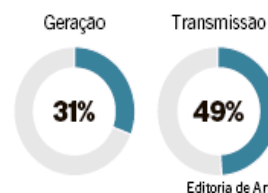


NECESSIDADE DE INVESTIMENTOS

R\$ 14 BILHÕES por ano até 2026

para manter sua participação atual nos setores de geração e transmissão de energia

Participação atual



5 PASSOS PARA A PRIVATIZAÇÃO

PASSO 1: Projeto de lei com as regras da privatização, autorizando a União a não acompanhar o aumento de capital da Eletrobras, alienando assim o controle da empresa. Precisa ser aprovado no Congresso

PASSO 2: O governo e a Eletrobras precisam definir como retirar da estatal a Eletronuclear (que administra usinas nucleares de Angra) e a hidrelétrica de Itaipu antes da privatização, já que elas não podem ser vendidas

PASSO 3: Uma assembleia extraordinária de acionistas tem que aprovar mudanças no estatuto, como a criação da *golden share* (que reserva ao governo poder de veto em decisões estratégicas)

PASSO 4: Com o projeto de lei da privatização, a empresa fica autorizada a alterar o contrato com a União de usinas geradoras, que passarão a ser remuneradas a preços de mercado após a privatização, um processo chamado desotização

PASSO 5: A Eletrobras faz aumento de capital, diluindo fatia da União. Paga R\$ 12,2 bilhões ao governo (arrecadação prevista) pela desotização de usinas. E faz investimentos como na revitalização do Rio São Francisco

Por regra de ouro, governo quer deixar buraco na Previdência

BRASÍLIA

O governo planeja deixar descoberta uma parte dos gastos com a Previdência no Orçamento de 2019, em uma fórmula para cumprir a regra de ouro —determinação que proíbe tomar empréstimos para bancar despesas do dia a dia.

O objetivo dessa manobra é pressionar o próximo presidente e o novo Congresso a aprovarem um crédito suplementar no ano que vem para pagar aposentadorias e outros benefícios da área.

Na prática, o Palácio do Planalto quer elaborar as contas de 2019 com um "buraco", reconhecendo que a parcela das despesas da Previdência que superar os limites da regra de ouro precisará de dinheiro extra.

Ao formular o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (que estabelece princípios para a formatação das contas públicas), o governo já admitia a necessidade da aprovação de fundos adicionais para custear parte de suas despesas.

Agora, a equipe de Michel Temer

pretende vincular essa lacuna exclusivamente aos gastos com a Previdência, por considerar que o pagamento de aposentadorias é um assunto sensível. Assim, auxiliares do presidente acreditam que será mais fácil convencer parlamentares sobre a emissão de mais crédito.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR) é o responsável pelas negociações dessa fórmula com o Ministério da Fazenda.

O objetivo da regra de ouro é evitar que a União se endivide para pagar gastos correntes, como salários e aposentadorias, empurrando a conta para futuros governos.

Para o ano que vem, esse descompasso é de R\$ 254,3 bilhões --valor de despesas que excede o limite da regra de ouro.

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, enviado pelo governo ao Congresso, permite que as contas do ano que vem sejam elaboradas sob essa condição.

Projeto prevê moção para destituir diretoria do Banco Central

BRASÍLIA

Em encontro nesta terça-feira (24), o deputado Celso Maldaner (MDB-SC), relator do projeto de autonomia do Banco Central, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), alinharam os principais pontos do texto que busca reformular as regras na instituição. Também participaram da reunião o presidente do BC, Ilan Goldfajn, e o ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo).

Pelo texto, o BC deverá ficar livre da subordinação ou tutela de qualquer ministério e se reportará, assim como uma autarquia, ao Planejamento.

O presidente do BC deixa de ser ministro, o que não chega a desagradar à atual equipe econômica. Sem o status, afirma uma fonte do governo, o presidente do BC fica ainda mais imune às pressões políticas.

Os diretores e presidente serão indicados pelo presidente da

República, após sabatina no Senado, como já funciona hoje. E só poderão reeleitos apenas uma vez.

Se o projeto for aprovado, o próximo presidente da República, eleito em outubro, poderá indicar, apenas em março de 2020, o nome do presidente e de dois diretores do BC, que ficarão no cargo até meados da gestão do próximo mandato presidencial.

Os demais seis diretores que estreariam o novo modelo também seriam indicados em março de 2020, mas ficariam menos tempo no cargo, a fim de criar o escalonamento anual de trocas previsto pelo projeto.

O mandato deve ser fixo, de quatro anos, para o presidente e os diretores, a começar em março de 2020. A ideia é conceder mandatos de quatro anos, descasados com o do presidente da República, com o objetivo de dar autonomia política às decisões da autoridade monetária.

A diretoria do BC, formada por

oito integrantes, deverá ser trocada de maneira escalonada ao longo do mandato presidencial —duas substituições a cada ano de mandato.

A diferença é que, com a novidade do mandato fixo, o projeto preverá a possibilidade de afastamento por "desempenho insuficiente". No texto, a que a Folha teve acesso, a cúpula do BC poderia ser destituída por meio de uma "moção de repúdio", que deve ser aprovada por maioria absoluta do Senado.

O critério para se comprovar insuficiência levará em consideração eventuais infrações funcionais e o descumprimento das metas do BC. A saber: estabilidade de preços (controle da inflação) e estabilidade financeira, ou seja, garantia do bom funcionamento do sistema financeiro.

Os dois objetivos já são hoje de responsabilidade do BC. Dessa maneira, o texto cristaliza a decisão de desistir de se colocar mais uma meta para o BC, de geração de





empregos ou crescimento econômico, como chegou a defender o líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR).

A ideia sofreu críticas do próprio presidente do BC, que argumentou que isso colocaria em xeque o principal objetivo da autoridade monetária, que é controlar a inflação.

A meta de inflação —hoje de 4,5% ao ano, com tolerância dentro do intervalo de dois pontos para mais ou para menos— continuará sendo fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), que reúne os ministros da Fazenda, Planejamento, além do presidente do BC.

O atual texto da Câmara ainda não é o final. Ele será complementado por projeto de lei, sobre o mesmo tema, a ser enviado pelo governo. Fonte governista disse, no entanto, que a convergência dos dois textos tende a ser muito elevada, uma vez que técnicos do BC e da equipe econômica estão assessorando na elaboração de ambas as propostas.

A estratégia visa a contemplar o

objetivo político do Palácio do Planalto, que afirmou que enviaria proposta de autonomia do BC como uma das 15 prioridades deste ano.

Na Câmara, o entendimento é que o projeto a ser enviado pelo governo será apensado ao atual, cuja tramitação é mais controlada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Isso porque o texto já teve aprovada a tramitação acelerada (regime de urgência), que leva a votação diretamente ao plenário da Câmara, pulando etapas em comissões.

Dessa maneira, o projeto ganha velocidade e poderia ser aprovado ainda neste ano.

O projeto também trata da autonomia orçamentária do BC. O texto prevê que limitações de empenho (congelamento de gastos) não ultrapassem a média aplicada aos demais órgãos e entidades da administração federal.

Mariana Carneiro, Julio Wiziack e Bruno Boghossian

CONJUNTURA »

Arrecadação cresce, mas ritmo diminui

Receita tributária alcança R\$ 105,6 bilhões em março, 3,95% a mais do que no mesmo período do ano passado. Apesar da alta, recolhimento perdeu fôlego em relação ao primeiro bimestre, refletindo a retomada mais lenta da atividade econômica

» ROSANA HESSEL

Depois de surpreender crescendo acima de 10%, em termos reais (descontada a inflação), em janeiro e em fevereiro deste ano, a arrecadação do governo federal perdeu fôlego em março, ficando abaixo das previsões do mercado. No mês passado, a receita total com tributos coletados pelo Fisco teve alta de 3,95% na comparação com mesmo período de 2017, totalizando R\$ 105,6 bilhões. Apesar do ritmo mais fraco, foi o quinto mês consecutivo de crescimento e o melhor resultado para o mês desde 2015.

O chefe do Departamento de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, reconheceu que as taxas de crescimento dos primeiros meses do ano tiveram forte contribuição de receitas não recorrentes, como o Refis, mas avaliou que o desempenho de março decorreu, principalmente, do desempenho da atividade econômica. Ele evitou usar o termo desaceleração e afirmou

apenas que houve uma “mudança de patamar” no ritmo das receitas. “O resultado ficou dentro das expectativas do governo. Nossa projeção errou em 0,05 ponto percentual”, disse.

O ritmo menos intenso da receita tributária gera dúvidas sobre a capacidade do governo de reduzir o deficit nas contas públicas, já que as despesas continuam crescendo de forma acelerada. A mediana das expectativas do mercado para a arrecadação de março era de R\$ 109,9 bilhões, lembrou o economista e especialista em contas públicas Fábio Klein, da Tendências Consultoria, que previa R\$ 110,9 bilhões. “Apesar da perda de força em relação ao primeiro bimestre devido à atividade econômica relativamente mais fraca, os dados ainda são positivos porque a velocidade é superior ao crescimento da economia”, afirmou. Para Klein, a trajetória da arrecadação deverá perder força ao longo do ano até chegar a 5%, em termos reais, no acumulado de 2018.

A Tendências manteve a previsão de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em 2,8%, apesar de a mediana da expectativa do mercado ter sido reduzida pela quarta semana seguida devido às frustrações nos indicadores macroeconômicos. Atualmente, a projeção é de 2,75%. O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-

FGV) alterou a estimativa de alta do PIB de 2,8% para 2,6%. Esta última taxa, inclusive, está próxima à expansão acumulada em 12 meses da receita total até março, de 2,67%, computada pelo Fisco. Já o governo continua projetando aumento de 3% no PIB deste ano e mesmo percentual para a arrecadação.

Na avaliação da economista Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Ibre-FGV, mesmo frustrando as estimativas do mercado, o dado de março não é de todo ruim. “A arrecadação está tendo um movimento um pouco melhor que o do PIB, e esse desempenho não compromete nossa expectativa de recuperação da receita em 2018”, afirmou ela, que está refazendo as projeções para o ano.

Malaquias reconheceu que o ritmo de recuperação da economia está mais lento do que o previsto inicialmente tanto pelo mercado quanto pelo governo. “A indústria e o comércio têm tido desempenho positivo. Apenas o setor de serviços vem se recuperando com menos intensidade. Foi o último setor a entrar na crise, agora é o último a sair da recessão. Essa recuperação mais lenta também impacta na arrecadação”, explicou.

Segundo Malaquias, a queda de 3,78% na receita com o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição sobre Lucro Líquido





(IRPJ/CSLL) em março, por exemplo, foi reflexo dessa retomada mais lenta devido, especialmente, ao segmento financeiro, cuja arrecadação encolheu 17,11%, no mês passado, e também às companhias do setor de serviços que fazem declaração por lucro presumido, modalidade que registrou queda e 5,82% no mesmo período.

Incertezas

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, destacou que o enfraquecimento no ritmo da arrecadação federal confirma que a receita continuará sendo insuficiente para cobrir as despesas do governo, que não param de crescer, principalmente, as obrigatórias, como gastos de pessoal e Previdência. “A realidade é que a retomada econômica é mais lenta porque as empresas ainda estão se ajustando devido às incertezas, principalmente, na área política. Mas o governo está projetando uma aceleração na economia e uma inflação um pouco maior que o mercado para inflar uma receita que não vai acontecer. Portanto, teremos um déficit maior lá na frente”, alertou.

Agostini lembrou que o nível de emprego ainda não mostrou recuperação e que o rendimento médio do brasileiro continua baixo. Com isso, as famílias seguem cortando despesas com escola particular e plano de saúde, por exemplo, o que afeta o setor de serviços, que tem um peso de 70% no PIB — e não deu sinais de crescimento em março.

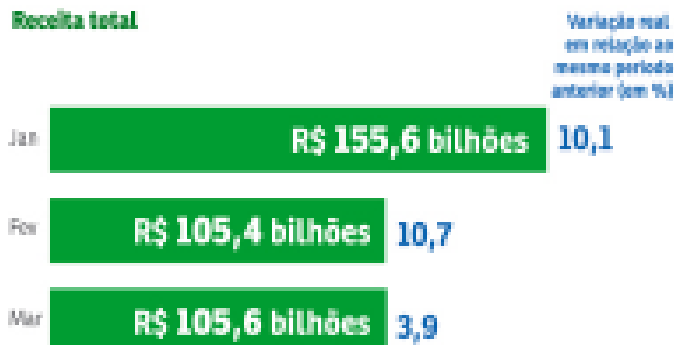
No acumulado do ano, os tributos recolhidos pelo Fisco tiveram alta real de 8,42% em relação ao primeiro trimestre de 2017, totalizando R\$ 366,4 bilhões. O bom desempenho teve forte contribuição de receitas não recorrentes, ou seja, que não se repetem ao longo do ano. É o caso do programa de regularização tributária, ou Refis, e os parcelamentos da dívida ativa da União. Sem isso, incluindo o reajuste de PIS-Cofins sobre os combustíveis, que passou a valer desde julho de 2017, a arrecadação teria sido R\$ 17,3 bilhões menor. Além disso, a receita administrada teria aumentado 4,02% em vez de 7,9% no trimestre, conforme dados apresentados por Malaquias.



Fôlego menor

Crescimento da arrecadação federal desacelera, refletindo a recuperação gradual da economia e os dados abaixo do esperado no primeiro trimestre

Receita total



Fuente: Receita Federal

Dependência

Contribuições não recorrentes ajudam a turbinar ritmo de crescimento da arrecadação

(De janeiro a março - R\$ milhões)

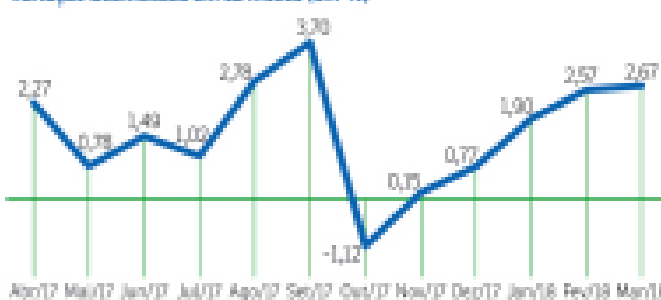
Programa de regularização tributária (Refis) e parcelamento da dívida ativa	10.190
PIS-Cofins sobre combustíveis (instituído em julho de 2017)	7.097
Total	17.287

- Quanto a receita administrada teria crescido no primeiro trimestre descontados esses valores não recorrentes: **-4,0%**
- Quanto teria sido a variação apenas em março sem esses mesmos fatores: **2,16%**

Desempenho da arrecadação

Crescimento acumulado da receita mostra que não há elasticidade em relação ao PIB

Variação acumulada em 12 meses (em %)



Altas e baixas

Principais tributos arrecadados pela Receita Federal (Em R\$ milhões)

Tributo	Mar/17	Mar/18	Diferença	Variação em %
Cofins/PIS-Pasep	21.416	23.593	+2.177	10,16
Imp. Importação/IPF vinculada	3.928	4.505	+577	14,68
IR/ residentes no exterior	2.378	3.744	+1.367	57,95
Receita previdenciária	31.989	31.610	-379	-1,18
IRPJ/CSLL	15.051	14.482	-568	-3,77

Retomada lenta

Dados dos principais indicadores macroeconômicos confirmam queda no ritmo de recuperação (Variação %)

Item	Jan-fev 2017/2018	Jan-mar 2017/2018
Produção Industrial	5,10	4,34
Vendas de bens	4,70	4,23
Vendas de serviços	-0,39	-0,95
Massa salarial nominal	1,91	3,83
Valor do dólar nas importações	18,87	12,84

CONJUNTURA »**Painel leva à internet dados de 98 mil obras**

» SIMONE KAFRUNI

Para dar mais transparência e evitar atrasos de décadas em empreendimentos de infraestrutura, o Ministério do Planejamento lançou ontem o Painel de Obras, que disponibiliza na internet informações sobre o andamento de 98.499 empreendimentos no país, com investimento total de R\$ 1,23 trilhão. Apesar de algumas obras no novo site terem sido iniciadas em 1998, ainda sem conclusão, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse que o governo não pensa em adotar “nenhuma medida específica”.

“Com relação aos atrasos, o painel é importante para que os órgãos de controle e a sociedade possam verificar as obras em andamento e, a partir daí, ter um diagnóstico mais claro para saber qual medida adotar”, explicou. “Uma coisa é definir um problema recorrente e tomar uma medida estrutural. Nesse sentido, estamos buscando ajuda para fazer o

mapeamento e diminuir o tempo de atraso”, destacou. Segundo ele, há um conjunto de explicações que justificam os atrasos, como projetos malfeitos e atrasos na liberação de licença ambiental ou na desapropriação do terreno. “Claro que uma obra que demora 20 anos chama a atenção”, disse.

Com o painel, é possível acompanhar as etapas das obras custeadas com recursos das iniciativas governamentais Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses (Siconv), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Avançar. “Gestores e órgãos de controle passam a ter acesso unificado e parametrizado a informações que antes estavam em sistemas diversos”, disse Colnago.

Conforme Walter Baere de Araújo Filho, secretário adjunto do Planejamento, o painel também possibilita avaliar o quadro por estado e por município. “A ferramenta mostra onde estão distribuídos os investimentos, quantos estão em execução, quais foram cancelados e o status do

andamento”, elencou. Para o ministro da Transparência, Wagner Rosário, a ferramenta, “fruto do pagamento de impostos do cidadão, é o caminho correto para otimizar a aplicação dos escassos recursos do Estado”.

Eletrobras

O ministro do Planejamento disse, ainda, que o governo busca entendimento com o Tribunal de Contas da União (TCU) para agilizar o processo de concessão das seis distribuidoras da Eletrobras no Norte e no Nordeste, travado na corte. “Estamos alertando os ministros sobre o prejuízo que podem ter a Eletrobras e os funcionários das distribuidoras, que entrariam em liquidação se o processo não caminhar”, afirmou. Colnago explicou que a modelagem econômica a que se chegou, de valor simbólico de R\$ 50 mil para cada distribuidora, considera flexibilização nas tarifas. “O valor é o mesmo para todas, mas o tratamento é diferenciado. Não há espaço para alterar isso”, afirmou.